



Centrais de Abastecimento do Paraná S.A.

Curitiba – PR

**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
do Exercício Findo Em 31 de dezembro de 2021
(Valores em Milhares de Reais)**

Nota 1. Contexto Operacional

A companhia tem como objetivo construir, instalar e administrar centrais de abastecimento e mercados destinados a orientar e disciplinar a distribuição e colocação de hortigranjeiros e outros produtos alimentícios, além de efetuar a compra, venda, transporte e distribuição de gêneros alimentícios, diretamente a varejistas e/ou consumidores, exclusivamente quando lhe competir a participação em programas sociais, em sintonia com a política governamental.

Participar dos planos e programas do governo para a produção e abastecimento, a nível regional e nacional, promovendo e facilitando intercâmbio de mercado com as demais Unidades do Sistema e Entidades Vinculadas ao Setor.

Firmar convênios, acordos, contratos com pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado, nacionais ou estrangeiras, pertinentes as suas atividades.

Desenvolver, em caráter subsidiário e auxiliar, na política econômica do Governo, estudos e pesquisas dos processos, condições e veículos de comercialização de gêneros alimentícios, abrangidos por sua competência operacional.

Estabelecer e desenvolver relação de troca de serviços e desenvolver técnicas com as demais entidades vinculadas a Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento, de modo a favorecer e fortalecer a cooperação Inter organizacional no setor público agrícola do Estado.

Nota 2. Resumo das Principais Políticas Contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo, consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1. Base de Preparação

As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas a seguir. Essas práticas foram aplicadas de modo consistente no exercício anterior apresentado, salvo disposição em contrário.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e, também, o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na nota explicativa "3".

2.2 Instrumentos Financeiros

2.2.1 Classificação

A classificação depende da finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos ou contratados e é determinada no reconhecimento inicial dos instrumentos financeiros. Os ativos financeiros mantidos pela Companhia são classificados sob as seguintes categorias:

Ativos Financeiros

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes.

No caso da Companhia, nessa categoria estão incluídos unicamente os instrumentos financeiros não derivativos. Os saldos referentes aos ganhos ou às perdas decorrentes das operações não liquidadas são classificados no ativo ou no passivo circulante, sendo as variações no valor justo registradas, respectivamente, nas contas de "Receitas Financeiras e Despesas Financeiras".

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possui Caixas e Equivalentes de Caixa (nota explicativa "4"), nessa classificação.

Ativos Financeiros Disponíveis para Venda

Quando aplicável, são incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos, que sejam designados como disponíveis para venda ou não sejam classificados como (a) empréstimos e recebíveis, (b) investimentos mantidos até o vencimento ou (c) ativos financeiros. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia não possuía ativos financeiros registrados nas demonstrações financeiras sob essa classificação.

Empréstimos e Recebíveis

São incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São registrados no ativo circulante, exceto, nos casos aplicáveis, aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço, os quais são classificados como ativo não circulante.

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possui Contas a Receber de Clientes (nota explicativa "5"), nessa classificação.

[Handwritten signature]
12

Passivos Financeiros

A Companhia não mantém nem emite derivativos para fins especulativos, tampouco possui passivos detidos para negociação, nem designou quaisquer passivos financeiros.

Outros Passivos Financeiros

Os outros passivos financeiros são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Em 31 de dezembro de 2021, no caso da Companhia, compreendem saldos a pagar a fornecedores (nota explicativa "11").

2.2.2 Reconhecimento e Mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são, inicialmente, reconhecidos pelo custo histórico, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado.

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos financeiros disponíveis para venda e os ativos financeiros são, subsequentemente, contabilizados pelo custo histórico. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor de ativos financeiros são apresentados na demonstração do resultado em "Outros Ganhos/(Perdas) Líquidos" no período em que ocorrem.

2.2.3 Compensação de Instrumentos Financeiros

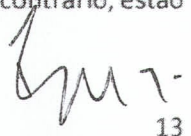
Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.3. Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até noventa dias da data da aplicação ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa, e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

2.4. Contas a Receber de Clientes

As contas a receber são registradas e mantidas nas demonstrações contábeis pelo valor nominal dos títulos. A Companhia efetuou análise específica quanto a efeitos em ajuste a valor presente, não identificando efeito significativo ou material. Se o prazo de recebimento é equivalente há um ano ou menos (ou outro que atenda o ciclo normal do Grupo), as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.



A provisão para Crédito Liquidação Duvidosa "PCLD" constituída com base na análise dos valores vencidos e em montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais perdas nas realizações das contas a receber de clientes.

2.5. Estoques

Os estoques estão registrados pelo custo médio histórico, ajustados ao valor realizável líquido, quando este for menor que o custo.

O valor líquido de realização é o preço de venda estimado, no curso normal dos negócios, deduzidos os custos históricos e conversão bem como custos para colocar os estoques em sua localização e condição atual.

2.6. Imobilizado

O imobilizado está demonstrado pelo custo de aquisição, acrescido de correção monetária até 31/dez./95, ajustado por depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear, as taxas foram estabelecidas em função do tempo de vida útil fixadas por espécie de bens. No exercício de 2010 os principais bens integrantes do Ativo Imobilizado foram mensurados ao valor justo, qual referem-se ao "deemed cost", relativo à adoção inicial ao IFRS, líquido do IR e CS Passivo Diferido, em conformidade com o disposto na NBC TG 1000, baseados em laudos internos de avaliação.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando forem prováveis que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outros ganhos (perdas), líquidos" na demonstração do resultado.

2.7 Intangível

O ativo intangível é demonstrado ao custo de aquisição ou formação, deduzido da amortização, quando aplicável, a qual leva em consideração o prazo de vida útil e/ou de realização estimado dos ativos intangíveis.

2.8. Investimentos

Estão demonstrados pelo custo de aquisição, acrescidos de correção monetária até 31/dez./95, conforme artigo 4º da Lei nº 9.249 de 26/dez./95.



2.9. Contas a Pagar - Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

São, inicialmente, reconhecidas pelo valor nominal e, subsequentemente, acrescido, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas até as datas dos balanços, conforme mencionamos na nota explicativa "11".

2.10. Demais Ativos e Passivos

Os demais ativos e passivos circulantes são demonstrados aos valores conhecidos ou calculáveis, quando aplicável, atualização em base "pro-rata die".

2.11. Adiantamento futuro Aumento de Capital

A companhia possui valores de aportes do Governo do Estado do Paraná, acionista majoritário, na rubrica adiantamento para futuro aumento de capital, cujos comprovantes estão contidos no sistema integrado de documentos do Estado do Paraná, protocolado físico nº 8002075-9 e digital nº 15.918.311-4, ora em tramitação para fins de incorporação ao capital social, em futura Assembleia Geral Extraordinária. Vide nota explicativa nº "17".

2.12. Provisões

As provisões de ações judiciais (trabalhista, civil e tributário) são reconhecidas quando: A Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor tiver sido estimado com segurança.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

São atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos advogados do grupo. Os fundamentos e a natureza das provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão descritos na nota explicativa "14".

2.13. Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente e Diferido

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos correntes e diferidos. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

A despesa de imposto de renda e contribuição social - correntes é calculada com base nas Leis e nos normativos tributários promulgados na data de encerramento do exercício, de acordo com os regulamentos tributários brasileiros, às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente, para imposto de renda e contribuição social. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas informações intermediárias. O imposto de renda e contribuição social diferido são determinados, usando alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou quando o imposto diferido passivo for liquidado.

O imposto de renda e contribuição social diferido ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos se relacionam com os impostos de renda incidentes pela mesma autoridade tributável sobre a entidade tributária ou diferentes entidades tributáveis onde há intenção de liquidar os saldos numa base líquida.

O Regime tributário da Companhia: Presumido em 2021 e em 2020.

2.14. Apuração do Resultado e Reconhecimento da Receita

O resultado é apurado em conformidade com o regime contábil de competência, sendo a receita de venda reconhecida no resultado do exercício quando os riscos e benefícios inerentes aos produtos são transferidos para os clientes.

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia.

Receita decorrente da prestação dos serviços é reconhecida na medida em que os serviços são prestados.





2.15. CPC 06 (R2) / IFRS 16 Operações de Arrendamento Mercantil

A norma IFRS 16/CPC 06 (R2) aplicada a partir de 1º de janeiro de 2019, tem como objetivo unificar o modelo de contabilização do arrendamento, exigindo de os arrendatários reconhecer os passivos assumidos em contrapartida aos respectivos ativos de direito de uso para todos os contratos de arrendamento em que estiverem no escopo da norma, a menos que sejam enquadrados por algum tipo de isenção.

A sociedade realizou um levantamento, e contabilizou os efeitos de forma prospectiva, acarretando em incremento nas contas patrimoniais, que sofreram alterações significativas, pelo reconhecimento de todos os compromissos futuros originados dos contratos no escopo do arrendamento. Na adoção inicial o ativo de uso é igual ao passivo de arrendamento a pagar ajustados ao valor presente.

Em 31 de dezembro de 2021 o ativo de direito de uso representa R\$ 1.100, e o passivo com obrigações do direito de uso representa R\$ 240 no passivo circulante, e R\$ 860 no passivo não circulante.

Nota 3. Resumo das Principais Políticas Contábeis

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

3.1 Estimativas e Premissas Contábeis Críticas

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social. Tais estimativas e premissas podem diferir dos resultados efetivos. Os efeitos decorrentes das revisões das estimativas contábeis são reconhecidos no período da revisão.

As premissas e estimativas significativas para as demonstrações financeiras estão relacionadas a seguir:

Reconhecimento de Receita

A receita compreende o valor da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de bens e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos e abatimentos.

Imposto de Renda, Contribuição Social e outros Impostos

A companhia reconhece ativos e passivos com base na diferença entre o valor contábil apresentado nas informações intermediárias e a base tributária dos ativos e passivos utilizando as alíquotas em vigor.

7-2-2021



Provisões para riscos Tributários, Cíveis e Trabalhistas

A Companhia é parte de processos judiciais e administrativos, como descrito na nota explicativa "14".

Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais que representam perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. A Administração acredita que essas provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão corretamente apresentadas nas informações intermediárias.

Nota 4. Caixa e Equivalentes de Caixa

	31 de Dezembro de 2021	31 de Dezembro de 2020
Recursos em Bancos Conta Movimento	3.575	399
Aplicações de Liquidação Imediata	15.288	10.116
	<u>18.863</u>	<u>10.515</u>

Nota 5. Contas a Receber de Clientes

	31 de Dezembro de 2021		31 de Dezembro de 2020	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Clientes Permissionários	10.688	-	15.492	-
Créditos com Permissionários	2.240	-	861	-
Créditos Judiciais de Clientes	-	8.267	-	6.859
(-) Provisão para Credores Duvidosos	(1.006)	(8.267)	(977)	(6.792)
	<u>11.922</u>	<u>-</u>	<u>15.376</u>	<u>67</u>

(a) Para o ano de 2021, a Companhia realizou um levantamento de informações e decidiu realizar a provisão para credores duvidosos, totalizando um saldo de PCLD no circulante de R\$ 1.006 e R\$ 8.267 para ativo não circulante

Nota 6. Empréstimo com Acionista

	31 de Dezembro de 2021	31 de Dezembro de 2020
Companhia de Desenvolvimento Agropecuário do PR	-	534
	<u>-</u>	<u>534</u>

Handwritten signature
18

Handwritten signature



Nota 7. Outros Direitos Realizáveis

	30 de Dezembro de 2021	31 de Dezembro de 2020
Antecipações de férias	50	-
Adiantamentos para viagens	-	1
Adiantamento de aluguel - CODAPAR	120	-
	<u>170</u>	<u>1</u>

Nota 8. Depósitos Judiciais

	31 de Dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Depósitos Judiciais	2.016	2.041
	<u>2.016</u>	<u>2.041</u>

Nota 9. Direito de Uso de Ativos

	31 de Dezembro de 2021	31 de Dezembro de 2020
Imóveis alugados	1100	380
	<u>1.100</u>	<u>380</u>

A Companhia possui um segundo contrato de locação, com a empresa Companhia de Desenvolvimento Agropecuário do Paraná - CODAPAR, contrato que possui como objeto o imóvel para fins comerciais da Sede Administrativa do CEASA, situado na Avenida Silva Jardim, nº 303, Rebouças - Curitiba/PR. O contrato nº 16.554.230-4, de 21/08/2020, dispõe, dentre outros assuntos, sobre a obrigação futura mensal gerada de R\$ 20 mil a serem pagos pela CEASA para a empresa durante todo prazo do contrato, qual possui vigência de 60 meses, a contar a partir de agosto de 2021.

A mensuração do custo do ativo de direito de uso de ativos corresponde ao valor líquido do passivo de arrendamento, calculado sobre o aluguel mínimo previsto nos contratos, descontados a valor presente pelas taxas projetadas e prazos de arrendamento, sendo este o período não cancelável e coberto por opção de prorrogar o arrendamento, se a Companhia estiver razoavelmente certa de exercer esta opção. A depreciação mensal do ativo de direito de uso de imóveis é calculada, linearmente, pelo prazo de vigência previsto no contrato, independente de cláusula de renovação em conformidade com políticas internas.

Portanto, em 31 de dezembro de 2021 o ativo de direito de uso representa R\$ 1.100, e o passivo com obrigações do direito de uso representa R\$ 240 no passivo circulante e R\$ 860 no passivo não circulante.



Nota 10. Imobilizado

			31 de Dezembro 2021	31 de Dezembro 2020
Imobilizado	Custo Aquisição	Depreciação Acumulada	Valor Residual	Valor Residual
Terrenos	110.241	-	110.241	110.241
Edificações	87.307	(25.013)	62.294	57.450
Instalações	2.525	(791)	1.734	1.653
Móveis e Utensílios	1.437	(976)	461	387
Máquina, Equipamentos e Ferramentas	1.999	(1.512)	487	476
Veículos	1.841	(1.065)	776	909
Aparelhos de Telecomunicação	69	(60)	9	9
Outras Imobilizações	1	-	1	1
Softwares e Processamento	80	(80)	-	-
Total	205.500	(29.497)	176.003	171.126

Movimentação do Imobilizado ocorrida no exercício de 2021:

Imobilizado	31 Dezembro 2020	Adições	Depreciações	31 Dezembro 2021
Terrenos	110.241	-	-	110.241
Edificações	57.450	7.384	(2.632)	62.202
Instalações	1.653	500	(195)	1.958
Móveis e Utensílios	387	135	(84)	438
Máquina, Equipamentos e Ferramentas	476	119	(203)	392
Veículos	909	37	(184)	762
Aparelhos de Telecomunicação	9	-	-	9
Outras Imobilizações	1	-	-	1
Total	171.126	8.175	(3.298)	176.003

Nota 11. Fornecedores

Fornecedores de Serviços

31 de Dezembro de 2021	31 de Dezembro de 2020
1.359	1.092
1.359	1.092



Nota 12. Obrigações Fiscais e Sociais

	31 de Dezembro de 2021	31 de Dezembro de 2020
<u>Obrigações Sociais</u>		
INSS, FGTS e IRRF S/ Folha de Pagamento	305	458
<u>Obrigações Fiscais</u>		
IRPJ - Balancete Suspensão Redução	1.185	1.513
CSLL - Balancete Suspensão Redução	445	556
PIS	23	85
COFINS	105	393
Imposto de Renda de Terceiros	9	7
Seguridade Social	98	91
ISS	38	46
PIS/COFINS/CSLL Retidos	37	25
	<u>2.245</u>	<u>3.174</u>

Nota 13. Provisões para Férias e Encargos

	31 de Dezembro de 2021	31 de Dezembro de 2020
Provisão de Férias	891	622
Provisão INSS s/Férias	243	170
Provisão FGTS s/Férias	70	50
	<u>1.204</u>	<u>842</u>

Nota 14. Provisão Para Contingências

	31 de Dezembro de 2021	31 de Dezembro de 2020
Provisão para Contingências Cíveis	1.443	1.043
Provisão para Contingências Trabalhistas	2.861	1.727
	<u>4.304</u>	<u>2.770</u>

Nota 15. Dividendos Propostos

	31 de Dezembro de 2021	31 de Dezembro de 2020
Dividendos Propostos	1.661	869
	<u>1.661</u>	<u>869</u>



Nota 16. Obrigações com Arrendamento Mercantil - IFRS 16

Em 31 de dezembro de 2021 o passivo com obrigações do direito de uso representa R\$ 240 no passivo circulante, e R\$ 860 no passivo não circulante.

	31 de Dezembro de 2021	31 de Dezembro de 2020
Circulante		
Obrigação com Aluguéis	240	228
Não Circulante		
Obrigação com Aluguéis	860	152
	<u>1.100</u>	<u>380</u>

Nota 17. Adiantamento Futuro Aumento de Capital

	31 de Dezembro de 2021	31 de Dezembro de 2020
Governo do Estado do Paraná	9.758	9.758
	<u>9.758</u>	<u>9.758</u>

Nota 18. Tributos Diferidos

	31 de Dezembro de 2021	31 de Dezembro de 2020
IRPJ - Diferido	36.156	36.498
CSLL - Diferida	13.016	13.140
	<u>49.172</u>	<u>49.638</u>

Nota 19. Patrimônio Líquido

- a) O capital social está representado por 31.114.102 ações ordinárias nominativas, no valor nominal de R\$ 1,00 cada uma, pertencente inteiramente a sócios domiciliados no país, em 2021 e (31.114.102 ações em 2020).
- b) Reserva de Lucros: O saldo restante da conta de Lucros Acumulados, deduzidos das destinações propostas no exercício, será destinado à Reservas de Lucros a Disposição dos Acionistas, conforme disposto no artigo nº 202, da Lei nº 6.404/76.
- c) Dividendos Propostos: No decorrer no dano calendário de 2021 foram propostos dividendos aos acionistas no total de R\$ 1.662.
- d) Lucro por ação: O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da companhia pela quantidade média ponderada de ações:

Lucro Atribuível aos Acionistas
Quantidade de Ações de Capital
Lucro Básico por Ações

31 de Dezembro de 2021
7.653
31.114
<u>0,25</u>

*hmt*²²

[Handwritten signatures and initials]



Nota 20. Receitas e Deduções

	31 de Dezembro de 2021	31 de Dezembro de 2020
Prestação de Serviços Mercado Interno	35.798	32.969
Deduções da Receita Bruta	(1.307)	(1.169)
	<u>34.491</u>	<u>31.800</u>

Nota 21. Despesas Gerais e Administrativas

	31 de Dezembro de 2021	31 de Dezembro de 2020
Despesas com Pessoal	(5.501)	(4.696)
Ocupação	(339)	(267)
Utilidades e Serviços	(8.637)	(8.318)
Despesas Gerais	(1.640)	(2.710)
Impostos e Taxas	(61)	(160)
Despesas Com Provisões	(3.450)	(7.352)
	<u>(19.628)</u>	<u>(23.503)</u>

Nota 22. Remuneração dos Dirigentes

No exercício findo e 31/dez./21 a Remuneração com dirigente representa R\$ 1.333 e R\$ 1.346 no exercício findo em 31/dez./20.

Nota 23. Outras Receitas Operacionais

	31 de Dezembro de 2021	31 de Dezembro de 2020
Recuperações e Reversões de Despesas	254	962
Receitas eventuais	205	-
	<u>459</u>	<u>962</u>



Nota 24. Receitas e Despesas Financeiras

	31 de Dezembro de 2021	31 de Dezembro de 2020
<u>Receitas Financeiras</u>		
Multas Contratuais	166	125
Juros Ativos	396	865
Descontos Obtidos	548	1
Rendas Títulos e Valores	-	166
Atualização Monetária Ativa	52	197
<u>Despesas Financeiras</u>		
Despesas Bancárias	(99)	(65)
Juros Passivos	-	-
IOF	(19)	(5)
	<u>1.044</u>	<u>1.284</u>

Nota 25. IRPJ e CSLL Corrente

	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Provisão Imposto de Renda Pessoa Jurídica	(3.338)	(3.623)
Contribuição Social Lucro Líquido	(1.210)	(1.313)
	<u>(4.548)</u>	<u>(4.936)</u>

Nota 26. IRPJ e CSLL Diferido

	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Imposto de Renda Diferido	343	403
Contribuição Social Diferida	123	145
	<u>466</u>	<u>548</u>

Nota 27. Seguros (Não Auditados)

Os valores segurados são determinados e contratados com bases técnicas e são considerados suficientes para a cobertura de eventuais perdas decorrentes de sinistros com bens do ativo e de responsabilidade civil, a contratação de seguros é efetuada de acordo com o grau dos riscos envolvidos, cuja política é contratar por valores condizentes.

O escopo dos trabalhos de nossos auditores não inclui a revisão sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada pela administração da Companhia que considera suficiente para cobrir eventuais sinistros.

Nota 28. Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD

A partir de agosto de 2020 entrou em vigor a Lei nº 13.709/18, conhecida como a Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD, que estabelece regras sobre a coleta, o tratamento, o armazenamento e o compartilhamento de dados pessoais gerenciados pelas empresas. Esta Lei afetará todas as organizações que coletem, usem, armazenem ou processem de alguma forma, dados pessoais (de pessoas físicas) de colaboradores, clientes ou fornecedores e tem por objetivo a proteção da privacidade dos dados pessoais, que implicará na adoção de medidas administrativas, procedimentais e estruturais para garantir a aplicação da Lei.

A Lei de Transparência exige hoje publicações de dados diversos, o que sendo cumprido pela CEASA/PR em sua íntegra, resguardadas as observações e responsabilizações pertinentes, ao uso indevido dos dados ali contidos. Cabe salientar que a Lei Geral de Proteção de Dados, hoje passa por todos os níveis da Instituição, onde demanda de ações e cuidados junto aos prestadores de serviços de forma geral, os quais demandarão de cláusulas contratuais específicas, em especial aos fornecedores de suporte de TI (mídias disponíveis), com acessos diversos, dentre outros, o que operacionalmente em suas renovações, vem sendo observado no contexto da gestão com foco na LGPD.

Para informação junto ao corpo funcional, constando de prontuários individualizados dos empregados, consta o envio e informe do uso de cartilha desenvolvida pela CGE - Controladoria Geral do Estado, onde apresenta as informações relevantes e conceituações da LGPD, para conscientização dos empregados.

Nota 29. Pandemia da Covid-19 – Impactos e Ações.

Desde o início da Pandemia, através de recomendações das autoridades das esferas de Governo, a CEASA/PR por essencialidade de objeto, vem cumprindo com as determinações estabelecidas naquilo que lhe compete, diante da sociedade paranaense, em especial aos tópicos abaixo elencados

Pandemia da Covid-19 – Impactos e Ações.

Desde o início da Pandemia, através de recomendações das autoridades das esferas de Governo, a CEASA/PR por essencialidade de objeto, vem cumprindo com as determinações estabelecidas naquilo que lhe compete, diante da sociedade paranaense, em especial aos tópicos abaixo elencados.

Colaboradores Diretos e Indiretos - Terceirizados

Os afastamentos, guardam rígidas avaliações e diante dos sintomas, por iniciais ou menores que sejam, são imediatamente colocados em disponibilidade para medidas pertinentes de avaliações médica e encaminhamentos para testes recomendados. Cabe ainda, tratamento adequado aos empregados com idade acima do estabelecido nos regramentos oficiais, assim como às possíveis comorbidades avaliadas e detectadas, são disponibilizados para home office/tele trabalho. Ocorre toda a disponibilização de meios de segurança hoje utilizados, como máscara, álcool em gel, medição constante de temperatura, distanciamento entre os funcionários quando presencial, dentre outras ações cabíveis. Vale destacar o esforço financeiro em não reduzir salários e ou retirar qualquer benefício dos empregados, assim como, aplicado os mesmos tratamentos de forma isonômica aos trabalhadores terceirizados.



Usuários das Unidades – Permissionários e Produtores Rurais

Cabe a estas classes os mesmos cuidados estabelecidos aos empregados da Sociedade, com acompanhamento nas unidades, pelas equipes de segurança que avaliam, fiscalizam e tomam as medidas pertinentes, além de acompanhamento médico ambulatorial que ocorre na maior unidade do Paraná. Segrega ainda, a ampliação dos contratos de mão de obra, com o fim especial de higienizações nas unidades. Alteração de horários foi outro instrumento utilizado para redução do trânsito de pessoas nos ambientes.

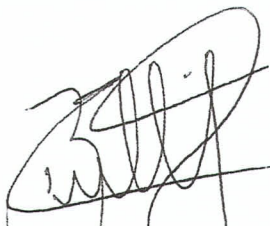
Front Financeiro - Social

A responsabilidade financeira e social da Sociedade, vem sendo acionada através dos mecanismos de gestão da Direção Executiva, propiciando aos permissionários e produtores rurais, condições de renegociação de compromissos, através de parcelamentos e postergação de compromissos, agregado a suspensão, no período da pandemia, de reajustes de valores praticados.

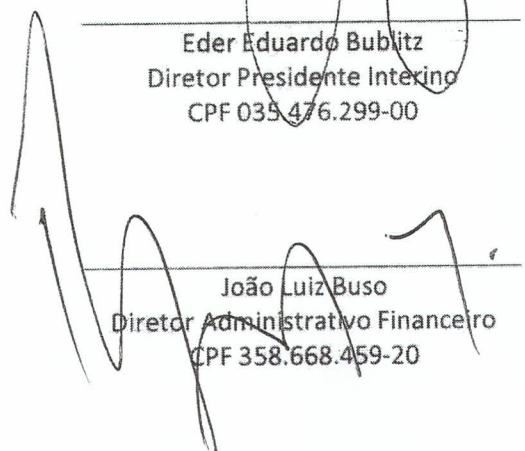
Parcerias com Instituições

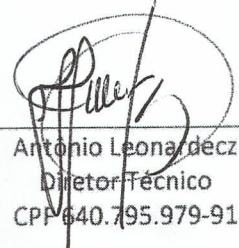
Mantida hoje forte parceria com Instituições de Governo e Privadas, com o mesmo espírito de combate ao momento que vivemos, onde se destaca as Instituições ligadas a estrutura orgânica do Estado e em especial às vinculadas da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento, Entidades de classe Privadas, Secretaria de Estado da Saúde, FUPEN – Fundo Penitenciário do Paraná com fim de ressocialização e disposição de mão de obra para auxílio ao combate a pandemia, 13º Batalhão da Polícia Militar do Paraná, com divisão dentro da unidade de Curitiba, em conjunto com Sistema privado de monitoramento de imagens e emissão de mensagens de voz orientando os transeuntes, dentre outras que vem colaborando diretamente ao combate ao Covid-19.

A Gestão operacional e financeira, opera com vistas a manter avaliações constantes dos impactos do momento que vivemos, traduzindo em ações, que gerem a menores consequência futuras possíveis ao negócio e objeto da companhia.



Eder Eduardo Bublitz
Diretor Presidente Interino
CPF 035.476.299-00

Paulo Ricardo da Nova
Diretor Agrocomercial
CPF 320.926.019-20

João Luiz Buso
Diretor Administrativo Financeiro
CPF 358.668.459-20

Antônio Leonardecz
Diretor Técnico
CPF 640.795.979-91

João Ataíde da Costa
Contador CRC-PR 20190/06
CPF 076.961.619-00